

O bom nome do Império: a dívida pública no Brasil oitocentista

Edimilson Pessanha

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 06 mar. 2023

Aprovado em: 12 maio 2024

Publicado em: 04 out. 2024

Avaliado pela Equipe Editorial

Resumo

Resenha de: MIRANDA; José Augusto Ribas. *Os bons devedores: Brasil e Peru na formação global de capitais: 1850-1880*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023. 284 p.

Palavras-chave: Resenha. Dívidas. Títulos. Capitais.

* Mestrando em História Social na Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Programa de Pós-graduação em História. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: edimilsonjunio@id.uff.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9985-4190>

 <http://lattes.cnpq.br/0574310327957605>

Frente às crises da dívida externa brasileira em meados do século XX, o período monárquico do país foi de estabilidade no endividamento estatal. Nas primeiras duas décadas do Império, o debate público em torno da dívida brasileira estava concentrado nos empréstimos assumidos pelo Brasil, que eram oriundos de Portugal. O problema da dívida contou com as reformas adotadas na década de 1830 para a sua estabilização. Os parlamentares brasileiros envolvidos eram os mesmos indivíduos interessados na aquisição de apólices da dívida pública, emitidas em moeda brasileira e o grande componente da dívida pública interna, a majoritária no total de endividamento do governo imperial (Carrara; 2022, p. 207, 208; Summerhill, 2015, p. 106). Valorizar estes títulos era necessário, e ocorreu através da estabilidade cambial sobre o mil-réis, na rígida administração do serviço da dívida externa (Miranda, 2023, p. 161). Este endividamento externo brasileiro foi excepcionalmente majoritário nas duas décadas iniciais do Império e em meio a Guerra da Tríplice Aliança. Contudo, os títulos da dívida pública foram significativos na capacidade do Estado de financiar a guerra (Summerhill, 2015, p. 82, 84; Ziliotto, 2011, p. 35, 43).

O arranjo da dívida pública no século XIX suscitou importantes discussões na América Latina. Neste debate, o livro de José Augusto Ribas de Miranda objetiva analisar o desenvolvimento e atuação do Império do Brasil e do Peru no mercado global de capitais na segunda metade do século XIX. Através de um consistente trabalho de história comparada, o autor delimita a sua análise entre 1850 e 1880, um período marcado pelo retorno dos países latino-americanos na oferta de títulos da dívida pública na Bolsa de Valores de Londres. Esta obra busca elucidar as distintas estratégias dos dois países em suas estruturas e conjunturas específicas. A questão central deste trabalho é o endividamento público dos países latino-americanos, nos exemplos de Brasil e Peru. Para além da dívida soberana, esta obra também é significativa para pesquisadores que tratam do café brasileiro, do guano peruano e das ferrovias latino-americanas, pois os desenvolvimentos destes três aspectos estiveram entrelaçados à busca por crédito doméstico e internacional.

Dividido em sete capítulos, este livro configura-se em uma análise comparativa, que busca contrastar a trajetória dos Estados latino-americanos no mercado de investimentos de portfólio em Londres. Nota-se que este trabalho adota o procedimento usual dos trabalhos historiográficos comparativistas. Sobre dois objetos de análise, é abordado como um mesmo problema ocorreu em duas realidades histórico-sociais distintas (Barros, 2007, p. 17). O problema centra-se na atuação no mercado global de títulos da dívida pública dos governos de Brasil e Peru, com estratégias divergentes para obter capitais em Londres na segunda metade do século XIX. A partir de 1850, houve o retorno dos países latino-americanos na busca por crédito internacional, após um período de moratórias no subcontinente, salvo a exceção do Império do Brasil. Junto com Peru e México, estes três países foram os grandes prestatários do continente, na busca por financiar portos e ferrovias, bem como renegociar as suas dívidas antigas (Miranda, 2023, p. 18, 28). Em sua análise, o autor aborda os objetos para compreender

os elementos em comum entre ambos, mas sem preterir os elementos típicos e singulares entre os diferentes casos, algo possível com os métodos comparativos (Cardoso; Brignoli, 1976, p. 345).

A sua metodologia concentrou-se em um amplo leque de fontes, como livros, mapas e relatórios, encontrados na biblioteca da associação de investidores britânicos em títulos estrangeiros em Londres, o *Council of the Corporation of Foreign Bondholder* (CCFB). Em meio às negociações, também foram observadas as páginas do jornal *The Economist*, para averiguar as informações em circulação no setor financeiro. No segundo capítulo, o autor analisa as características do mercado global de capitais no século XIX a partir das moratórias latino-americanas nas décadas de 1820 e 1830. A análise comparativa entre Brasil e Peru ocorre no capítulo seguinte. A inserção latino-americana no mercado global é aprofundado pelos exemplos brasileiro e peruano. No capítulo quatro, José Miranda analisa justamente as características do desenvolvimento financeiro de Londres na segunda metade do século XIX. É enfatizado o que contribuiu para a formação do mercado global de capitais na Europa no período. No capítulo posterior, o autor foca em como o movimento financeiro global foi aproveitado por Peru e Brasil, a ponto de tornarem-se os governos com os papéis mais bem avaliados no mercado europeu. José Miranda aprofunda as características estruturais e conjunturais específicas de ambos os países, que propiciaram esta bonança financeira. Por fim, as distintas estratégias peruanas e brasileiras são analisadas, para observar os seus posicionamentos no negócio de títulos da dívida pública em Londres, no sexto capítulo. O último capítulo do livro esboça as conclusões e contribuições da análise do autor nos capítulos anteriores.

O trabalho de Miranda contribui à historiografia especializada no endividamento público sobre a singularidade do Império do Brasil no século XIX. Na primeira onda de moratórias na América Latina, as dívidas passaram a ser renegociadas na década de 1840. Enquanto o Brasil passou ileso às moratórias, o Peru recuperou-se no período e ampliou as suas margens de crédito internacional na segunda metade do século XIX. O cenário pós-1850 ocorreu em meio a ampliação da balança comercial dos dois países. Ambos tornaram-se os maiores mutuários da América Latina. Quase metade dos capitais aplicados em títulos da dívida na Bolsa de Valores de Londres foi nos papéis destes dois governos (Miranda, 2023, p. 33).

O mercado global de capitais em Londres crescia cada vez mais com a difusão das comunicações, dos transportes e de uma imprensa especializada no mercado financeiro, como processos dentro da estabilidade do sistema monetário internacional com o padrão-ouro na década de 1870. Neste cenário, o autor considera que a competitividade entre as casas bancárias europeias foi um facilitador à crescente atuação de Peru e Brasil no mercado de capitais europeu. Outra semelhança em suas trajetórias financeiras foi o fato de ambos os países serem grandes exportadores de *commodities*. O Império do Brasil era o grande exportador de café, além de um leque de outras mercadorias produzidas e exportadas. O governo peruano recuperou-se através da descoberta de reservas de guano, que foi atrelado

às receitas governamentais via exportação e o controle do Estado sobre o fertilizante, usado na produção de tubérculos e do açúcar de beterraba. Acrescenta-se ainda a expansão da dívida pública nos dois países ocorrendo para financiar as suas ferrovias (Miranda, p. 64, 136, 138). Como diferenciais, José Miranda descreve, no lado brasileiro, a estabilidade institucional em torno da dívida estatal interna, desde a década de 1830, e a adoção de uma estratégia conservadora e segura junto a casa bancária *Rothschild & Co.*, que garantia a confiança dos títulos do governo no mercado de Londres, foram dois aspectos decisivos no êxito do Império do Brasil no serviço da dívida. Na Inglaterra, o autor ainda pondera a significativa atuação do Barão de Penedo, um importante diplomata nas relações entre o Império do Brasil e o país, como um terceiro elemento para a confiança de credores estrangeiros na aquisição de títulos da dívida brasileira (*Ibidem*, p. 162, 169). Apesar do Peru ser tratado como o principal mutuário do período, José Miranda destaca que o país possuía uma estrutura orçamentária mais delicada que o governo brasileiro, o que levou a adoção de estratégias mais ousadas e arriscadas para tornar-se um forte nome no mercado (*Ibidem*, p. 156).

O Estado peruano recuperou-se das moratórias nas décadas anteriores através do monopólio da lucrativa produção de guano pelo Estado. Nesta centralidade econômica, o governo recebia constantemente representantes europeus para a inspeção de seus depósitos, que foi um exemplo nítido da importância da credibilidade em torno da boa circulação de informações entre os credores, intermediários e devedores no mercado global de capitais (*Ibidem*, 190, 201). Estes dois motivos para o êxito financeiro do Peru é um destacado aspecto para a discussão do mercado de capitais e títulos soberanos dentro da dimensão do crédito. Permitir a fiscalização sobre o guano era uma forma de ampliação da confiança dos credores e da imprensa especializada europeia. O pagamento dos títulos da dívida era lucrativo através das boas receitas estatais peruanas, que dependiam da posse de fartas reservas de guano. A possibilidade de pegar emprestado baseia-se na confiança do credor em receber o que emprestou. Acrescenta-se o fator da esperança no retorno de empréstimos e no cumprimento de prazos estipulados na negociação. Neste sentido, o bom nome é essencial no papel do devedor no mercado de crédito, em que a honestidade nas informações do devedor torna-se vital nestas relações (Marcondes; Almico; Pereira, 2022, p. 122). O bom nome e a boa troca de informações foram exemplificadas pelo papel do jornal *The Economist*, na avaliação da seguridade institucional do Império do Brasil e do risco dos títulos peruanos, mensurados pela fiscalização externa sobre as reservas do Estado. Esta vigilância inglesa era alimentada ainda pela terceira estratégia peruana, a troca constante de pequenas casas bancárias francesas e inglesas na Era guaneira (Miranda, 2023, p. 192, 197). Estas instituições realizavam negócios mais arriscados e de médio prazo. Portanto, as instituições bancárias europeias intermediárias nas negociações dos títulos estatais entre Peru e Londres possuíam táticas mais arriscadas que a atuação da grande casa bancária dos Rothschilds, mais conservadora, a ponto de tornar-se a grande intermediária dos lucrativos títulos brasileiros.

É destacável a importância deste livro em adentrar na confiança e bom nome do Império do Brasil, em seus títulos no mercado de capitais em Londres. Por outro lado, torna-

se necessário relativizar a afirmativa da aquisição de crédito internacional pelo governo brasileiro ocorrida devido à dificuldade de poupança no país (Summerhill, 2015, p. 81; Miranda, 2023, p. 211). Desde a década de 1830, as caixas econômicas permitiam as práticas de poupança de qualquer indivíduo, possuindo saldos de grandes capitalistas e fazendeiros e as pequenas economias de mulheres, menores e escravos, investindo o dinheiro destes depósitos em títulos da dívida do governo (Gambi; Silva; Vieira, 2022, p. 320; Saraiva; Oliveira, 2017, p. 436, 437). Estas instituições bancárias exemplificam a relação entre as práticas de poupança e a dívida pública do país durante o século XIX. Desta ponderação, podemos concluir que a oferta de títulos da dívida pública do Império do Brasil era relevante desde a década de 1830. A obra de José Augusto Ribas Miranda atesta a credibilidade do Estado brasileiro nos investimentos de portfólio em Londres no século XIX. Esta análise é fundamental nos próximos estudos sobre o endividamento dos Estados latino-americanos, por aprofundar, no cenário internacional, o bom nome do Império do Brasil. Não é de hoje que é ressaltado o empenho e a capacidade do Império brasileiro em honrar suas dívidas (Summerhill, 2015, p. 6; Ziliotto, 2011, p. 33). Em contraste ao êxito peruano com negócios mais arriscados e fortemente ancorados no guano, o Império do Brasil possuía condições para manter o seu orçamento público estabilizado, ao estar disposto em honrar os seus débitos, seja com financistas estrangeiros ou com credores domésticos.

Referências

BARROS, José D'Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *Revista História Social*, n. 13, p. 7-21, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. El método comparativo en la Historia. In: *Los métodos de la Historia: introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*. Crítica: Barcelona, 1976.

CARRARA, Angelo Alves. *As finanças do estado brasileiro: 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; SILVA, Marcel Pereira da; VIEIRA, Eduardo José. Poupança privada e financiamento público: a trajetória da Caixa Econômica Particular de Ouro Preto (1838-1901). *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), v. 31, n. 2, p. 311-332, 2022.

MARCONDES, Renato Leite; ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter Luiz. Relações de crédito no Brasil imperial. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva; PEREIRA, Walter Luiz (Orgs.). *História econômica do Brasil Império*. Niterói, RJ; São Paulo: EdUFF; Hucitec, 2022.

MIRANDA; José Augusto Ribas. *Os bons devedores: Brasil e Peru na formação global de capitais: 1850-1880*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023.

SARAIVA, Luiz Fernando; OLIVEIRA, Thiago Alvarenga de. A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859. In: MARICHAL, Carlos; GAMBI, Thiago (Orgs.). *Historia bancaria y monetaria de América Latina (siglos XIX y XX): Nuevas perspectivas*. Santander; Alfenas: Ed. Universidad de Cantabria; Unifal-MG, 2017.

SUMMERHILL, William R. *Inglorious revolution: political institutions, sovereign debt, and financial underdevelopment in imperial Brazil*. New Haven: Yale University Press, 2015.

ZILLOTTO, Guilherme Antonio. *Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.